

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.972.074/0001-51
Rua Mato Grosso, 354 - CEP 87.900-000 - Fone 44-3425-8400

Fl. nº _____

Serv.: _____

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 034/2026-PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para contratação de eventual empresa para aquisição de peças e manutenção para ar condicionado, para atender as Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Educação e Cultura, Saúde, Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura, Serviços Urbanos, Políticas Públicas para Mulheres, Trabalho e Assistência Social, Esporte e Lazer, Turismo, Habitação e Meio Ambiente do Município de Loanda-PR.

ASSUNTO: Impugnação ao Edital

IMPUGNANTE: **ECOAR CLIMATIZAÇÃO E ENGENHARIA LTDA**

Trata-se o presente de impugnação para retificação do Edital do Pregão Eletrônico nº 034/2026-PML, formulado pela empresa **ECOAR CLIMATIZAÇÃO E ENGENHARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.017836/0001-13, com sede na Avenida Governador Argemiro de Figueiredo, nº 210, Jardim Oceania, João Pessoa/PB, CEP: 58.037-030.

A empresa **ECOAR CLIMATIZAÇÃO E ENGENHARIA LTDA**, interpôs impugnação, constestando os seguinte temas:

- 1- *O recebimento e o processamento da presente impugnação;*
- 2- *A suspensão do certame;*
- 3- *A exclusão das cláusulas restritivas constantes no item 1.5 e item 4.8, alínea "g", que limitam a participação de empresas situadas em raio máximo de 50 km do Município de Loanda-PR;*
- 4- *A republicação do edital com a reabertura dos prazos legais, nos termos da Lei nº 14.133/2021.*

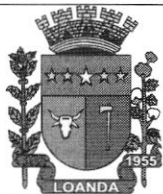
É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Primeiramente importante se faz destacar que a Administração se preza a esclarecer sobre qualquer fato que seja evidenciado durante a tramitação do processo licitatório, para que fique de modo claro, que em hipótese alguma tem a intenção de estar impedindo o caráter competitivo do certame.

Após análise da impugnação apresentada, passo à manifestação ponto a ponto, demonstrando a regularidade do edital, à luz da Lei nº 14.133/2021, jurisprudência do TCU e documentos instrutores do processo administrativo.

[Handwritten signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.972.074/0001-51
Rua Mato Grosso, 354 - CEP 87.900-000 - Fone 44-3425-8400

Fl. nº _____

Serv.: _____

1. DA ADMISSIBILIDADE

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa **ECOAR CLIMATIZAÇÃO E ENGENHARIA LTDA** em face de disposições do Edital de Pregão Eletrônico nº 034/2026-PML, cujo objeto consiste no Registro de Preço para contratação de eventual empresa para aquisição de peças e manutenção para ar condicionado, para atender as Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Educação e Cultura, Saúde, Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura, Serviços Urbanos, Políticas Públicas para Mulheres, Trabalho e Assistência Social, Esporte e Lazer, Turismo, Habitação e Meio Ambiente do Município de Loanda-PR.

Verifica-se que a impugnação foi apresentada dentro do prazo legal, atendendo aos requisitos previstos no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, razão pela qual deve ser conhecida para análise de mérito.

1. DAS ILEGALIDADES APONTADAS PELA IMPUGNANTE

A impugnante alega que a restrição à participação de empresas localizadas em raio máximo de 50 km do Município de Loanda/PR, viola os princípios da isonomia, competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, previstos no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

Como se trata de um questionamento específico, o setor de Licitações do Município de Loanda/PR encaminhou a impugnação para as Secretarias responsáveis pelo edital, sendo estas Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Educação e Cultura, Saúde, Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura, Serviços Urbanos, Políticas Públicas para Mulheres, Trabalho e Assistência Social, Esporte e Lazer, Turismo, Habitação e Meio Ambiente, obtendo o seguinte parecer:

A limitação da quilometragem estabelecida no certame possui caráter estritamente operacional e visa garantir maior agilidade no atendimento, redução do tempo de deslocamento, eficiência na prestação dos serviços e capacidade de resposta imediata em situações emergenciais, fatores essenciais para a continuidade das atividades administrativas e do atendimento ao interesse público.

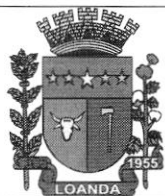
A Administração Pública possui o dever constitucional de garantir a continuidade, a eficiência e a segurança na prestação dos serviços públicos essenciais, em observância aos princípios da Supremacia do Interesse Público, da Razoabilidade e da Eficiência.

Por se tratar de peças e serviços de manutenção para ar condicionado para as Secretarias Municipais em comento, incluindo a de Saúde, a exigência da limitação de distância/quilometragem encontra amparo legal devidamente fundamentado, pois a interrupção dos respectivos aparelhos ocasiona prejuízos irreparáveis à conservação dos imunizantes, compromete os protocolos exigidos do Ministério da Saúde, podendo gerar perdas e riscos à saúde pública.

Em relação as demais Secretarias, as eventuais falhas no sistema de climatização que por ventura vierem a ocorrer, gera superaquecimento dos equipamentos, comprometimento da infraestrutura

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]



PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.972.074/0001-51
Rua Mato Grosso, 354 - CEP 87.900-000 - Fone 44-3425-8400

Fl. nº _____

Serv.: _____

tecnológica, indisponibilidade dos sistemas administrativos e prejuízos à continuidade dos serviços públicos essenciais prestados à população.

Cita-se o entendimento da Coordenadoria de Fiscalização de Transferências e Contratos- COFIT, a respeito do tema da restrição em licitações:

Licitações com restrição territorial podem ocorrer em situações excepcionais, apenas justificadas em virtude da peculiaridade do objeto a ser contratado ou por políticas públicas bem especificadas e exaustivamente demonstradas.

Prejulgado nº 27 do TCE-PR
(<https://www.tce.pr.gov.br/data/files/B4/D1/31/D1/85648910F5E46489249419A8/00344760.pdf?inline=1>).

Acrescenta-se ainda:

A restrição territorial pela peculiaridade do objeto deve ocorrer sempre quando a situação em concreto assim exigir, para se garantir a vantajosidade de uma contratação, que se feita de outra forma traria prejuízos à Administração Pública. A providência prescinde de justificativa pormenorizada que deverá constar no processo licitatório, registrando a circunstância ensejadora da limitação.

Prejulgado nº 27 do TCE-PR
(<https://www.tce.pr.gov.br/data/files/B4/D1/31/D1/85648910F5E46489249419A8/00344760.pdf?inline=1>).

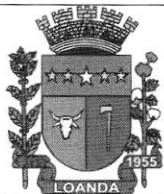
Diante dos argumentos supracitados e tendo por base a fundamentação expedida pelas Secretarias Municipais, nota-se que é possível haver a restrição territorial em licitações quando é possível auferir vantajosidade para a Administração Pública, como ocorre no presente processo licitatório, não violando os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

Diante disso, requer pela improcedência dos argumentos apresentados pela impugnante no respectivo edital de licitações.

CONCLUSÃO

Após análise detalhada de todos os pontos levantados pela empresa impugnante, constata-se que as alegações, em sua essência, não procedem, seja por inexistência de irregularidade, seja por ausência de aderência ao conteúdo editalício, seja por perda superveniente de objeto.

Em síntese:



PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.972.074/0001-51
Rua Mato Grosso, 354 - CEP 87.900-000 - Fone 44-3425-8400

Fl. nº _____

Serv.: _____

Diante do exposto, julga-se IMPROCEDENTE a impugnação apresentada, uma vez que não foram identificados vícios capazes de comprometer a legalidade, a competitividade ou a regularidade do procedimento licitatório.

A suspensão e a republicação do certame, já adotadas pelo Município, restabelecem plenamente a transparência, a isonomia e a segurança jurídica, com reabertura integral dos prazos legais, não subsistindo qualquer fundamento para modificação do edital por força da impugnação apresentada.

Considerando as fundamentações acima citadas, a Comissão Permanente de Contratação sugere a Autoridade Superior, que seja mantido as exigências contidas no Edital.

DIANTE DO EXPOSTO, e com base na fundamentação acima, à luz do ordenamento jurídico pátrio, esta Comissão, decide pela **IMPROCEDÊNCIA**, da impugnação apresentada pela empresa **ECOAR CLIMATIZAÇÃO E ENGENHARIA LTDA.**

Loanda-PR, 29 de maio de 2026.


João Victor Beltramini da Silva
Pregoeiro


SIMONE REGINA DA SILVA
Equipe de apoio

ADEMILSON MUSULINO RODRIGUES
Equipe de apoio